



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEMACOP**

LEI N.º 4.300, DE 9 DE AGOSTO DE 2005.

Autoriza o Poder Executivo Municipal, efetuar parcelamento de débitos e repactuar os parcelamentos existentes junto ao Sistema Previdenciário do Servidor Público Municipal – PREVIM, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Luiz Gonzaga (RS). Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar dívida com o PREVIM, no valor de R\$ 820.016,02 (oitocentos e vinte mil, dezesseis reais e dois centavos) referentes a valores não repassados ao Fundo entre NOVEMBRO/2004 e JUNHO/05, conforme demonstrativo, constante no Anexo I.

§ 1º – O valor mencionado no caput é formado por R\$ 793.187,18 (setecentos e noventa e três mil, cento e oitenta e sete reais e dezoito centavos) do valor principal, R\$ 1.794,04 (um mil, setecentos e noventa e quatro reais e quatro centavos) da correção monetária e R\$ 25.034,80 (vinte e cinco mil, trinta e quatro reais e oitenta centavos) dos juros de mora.

§ 2º - Os valores confessados referem-se à contribuição da cota da Prefeitura para o Regime Próprio de Previdência.

Art. 2º - Adicionalmente aos valores acima, o Município efetuará a consolidação dos saldos devedores das Leis Municipais nº 3.762/2000, 3.899/2001 e 3.995/2002, que monta R\$ 2.092.086,82 (dois milhões, noventa e dois mil, oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos), os quais farão parte do presente parcelamento.

Parágrafo único – O montante indicado no *caput* é o resultado do somatório dos saldos devedores das citadas leis, conforme demonstrativo constante no Anexo II.

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEMACOP

Art. 3º - O Município pagará o somatório dos arts. 1º e 2º, R\$ 2.925.364,49 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), através de valores repassados mensalmente ao PREVIM, durante os próximos 289 meses, com vencimento no dia cinco de cada mês, a primeira a ser paga em cinco de agosto de 2005, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), conforme Plano de Amortização, constante no Anexo III.

Parágrafo único – Fica autorizado o desconto das parcelas mensais, mencionadas no *caput*, na primeira parcela do mês da cota de repasse constitucional de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Art. 4º - O valor da parcela, estabelecido no *caput*, bem como do saldo devedor deste parcelamento, serão atualizados anualmente pelo IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas, acumulado no período, ou pelo índice que vier a sucedê-lo.

Parágrafo único - Ao saldo devedor foi acrescido mensalmente os juros remuneratórios na razão de 0,5% ao mês sobre o saldo devedor, conforme Plano de Amortização, constante no Anexo III.

Art. 5º - O atraso no pagamento de qualquer parcela acarretará ao Município o pagamento de juros de mora legais, mais a correção monetária do período de atraso, pelo índice do IGP-M, incidentes sobre a parcela ou parcelas vencidas.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de São Luiz
Gonzaga (RS), em 9 de agosto de 2005.**

Aguinaldo Caetano Martins
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Dirson Glenio Berguemaier
Secretário Municipal da Administração, Coordenação e Planejamento